

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Homenagem à Fonoaudiologia

O senador gaúcho Hamilton Mourão (Republicanos, foto) assinou requerimento, ao lado de outros cinco parlamentares, para a realização de uma sessão especial no Senado em homenagem ao Dia do Fonoaudiólogo, data que marca a regulamentação da profissão no País. A iniciativa destaca o papel desses profissionais na saúde pública, especialmente na reabilitação de pacientes de alta complexidade em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), internações e ambulatórios. “Trata-se de uma profissão da mais alta importância para a sociedade, fundamental na área de saúde, que merece ser homenageada em sua data comemorativa”, destaca o texto do requerimento.



GERALDO MAGÊIA/AGÊNCIA SENADO

Homenagem a El Salvador

Mourão também assinou requerimento solicitando sessão especial para celebrar os 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e El Salvador. A iniciativa ressalta o histórico de cooperação técnica, militar e de segurança pública entre as duas nações desde 1906, destacando o intercâmbio em áreas de defesa e no combate ao crime organizado. “A diplomacia parlamentar desempenha papel relevante na aproximação entre os povos, complementando a ação do Poder Executivo e projetando a imagem do Brasil como parceiro confiável e solidário na América Latina”, ressalta a proposta.

Concessão da hidrovía Sul-Mirim

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou audiência pública para discutir o modelo de concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (SAIP Sul-Mirim). O projeto, pioneiro no País, abrange cerca de 510 quilômetros de vias navegáveis no Rio Grande do Sul - incluindo acessos aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre - e prevê contrato de 25 anos com investimentos direcionados a obras de dragagem, monitoramento e modernização da infraestrutura dos canais. A agência confirmou que realizará uma sessão presencial no Estado antes da consolidação do modelo final. “A iniciativa é considerada estratégica para o desenvolvimento da infraestrutura aquaviária do Rio Grande do Sul”, afirmou a Antaq.

Política para mulheres LBT

A deputada federal gaúcha Daiana Santos (PCdoB) apresentou projeto de lei para instituir a Política Nacional de Cuidados para Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LBT). A proposta fixa diretrizes para a elaboração de um plano nacional focado no acesso à saúde integral, proteção social, inserção no mercado de trabalho e acolhimento habitacional, buscando combater as discriminações e a sobrecarga enfrentada por essa população. “Trata-se, em última análise, de afirmar que toda mulher tem direito a cuidar sem sobrecarga, a ser cuidada sem discriminação e a exercer o autocuidado com liberdade e autonomia”, salienta Daiana.

PEC das Guardas Municipais

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB) solicitou a criação de uma comissão temporária na Câmara dos Deputados para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui as guardas municipais e os agentes de trânsito no rol dos órgãos que integram o sistema de segurança pública na Constituição Federal. “A Comissão Temporária permitirá avaliar a compatibilidade da proposta com o sistema constitucional vigente e examinar seus efeitos jurídicos, administrativos, financeiros e operacionais”, sustenta o deputado.

Zucco quer prorrogar

Entrevista Especial



Bolívar Cavalier e Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PL, o deputado federal Luciano Zucco acredita que muitos dos problemas do Estado só têm solução em Brasília, e é papel do próximo governador gaúcho articular junto ao Palácio do Planalto e ao Congresso Nacional as principais demandas. Ele tem proposto reunir outros governadores para reivindicar as necessidades dos estados e, entre elas, uma nova renegociação das dívidas com a União.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Zucco aponta suas prioridades caso seja eleito governador do RS. O candidato pretende pedir a prorrogação do Funrigs - fundo da reconstrução após cheias de 2024 -, retirar pessoas de zonas de risco de enchentes e articular a aprovação no Congresso de um fundo constitucional para as regiões Sul e Sudeste.

Zucco é o primeiro entrevistado na série de entrevista do JC com os quatro candidatos ao Piratini de partidos com representação na Câmara dos Deputados. Nas próximas semanas, serão publicadas neste espaço entrevistas com Marcelo Maranata (PDSB), Juliana Brizola (PDT) e Gabriel Souza (MDB). O conteúdo, em formato de podcast, pode ser conferido no site do JC.

Jornal do Comércio - Por que o senhor quer ser governador do Rio Grande do Sul?

Luciano Zucco - Eu amo o meu Estado, e o Rio Grande do Sul é o estado que menos cresce há mais de 20 anos. A gente entende que estar na política é um ato de servir, de fazer o que é certo, e não o que é fácil. Diferente dos candidatos que aí se encontram, não sou fruto da política. Até 2019 eu estava no Exército Brasileiro - 27 anos de instituição - e, naquele momento, fui convidado, então, para concorrer, e entendi que a minha indignação para com alguns políticos que não entregam resultado fizera com que a gente pudesse iniciar esta caminhada. Eu tinha a possibilidade agora de uma reeleição a deputado federal e poderia, também, como era desejo do (ex-) presidente (Jair) Bolsonaro (PL), que eu fosse até o Senado. Mas o RS precisa de uma nova agenda, de uma nova atitude política, de um novo olhar, de um novo protagonismo, e entendemos que, com o grupo que formamos, com as propostas que trazemos, a gente pode, sim, fazer o Rio Grande crescer novamente.

JC - O senhor tem falado de reunir outros governadores para ir a Brasília e buscar nova renegociação da dívida com a União. O que precisa constar nesta renegociação para atender o RS?

Zucco - A gente tem que entender que não somos uma ilha. Eu, como deputado federal, fui o líder da oposição. Liderei no Congresso a convite de deputados de todo o Brasil, e lá a gente vê o quanto é importante ter o conhecimento da Câmara (dos Deputados), do Senado, das comissões. Como é importante ter um diálogo franco com o Congresso, com os ministérios e com o presidente. E vou sim ajudar muito o Estado, é pela nossa característica de articulação, de diálogo, de liderança. Ser escolhido o líder da oposição pelos (deputados) Nikolas Ferreira (PL-MG), Gustavo Gayer (PL-GO), Alceu Moreira (MDB-RS), Lucas Redecker (PSD-RS), (Ubiratan) Sanderson (PL-RS), Marcel (van Hattem, Novo-RS), demonstra que a gente, já no primeiro mandato, tem essa possibilidade de construção. E, para a nossa sorte e competência, nós somos muito próximos dos governadores que têm as maiores economias, e que alguns estão, inclusive, no quadro de estados que devem para a União. Então essa intenção de trabalharmos como um bloco nos diferencia muito da atual administração deste governo. É diferente você renegociar a dívida levando as maiores economias para o Congresso.

JC - E quanto ao atual progra-

ma de renegociação, o Propag pretende aderir?

Zucco - O Propag, que está se apresentando, vamos aceitar, só que eles entregaram oito pacotes. Os primeiros três pacotes são aqueles que não teriam um juro real, e logicamente entra a questão da amortização. Isso tudo tem que ser analisado pela equipe técnica, que vai, logicamente, conduzir - a (secretaria da) Fazenda, o Tesouro - para com os estados. Então temos que conversar também como um bloco, incluindo as dívidas garantidas, que são dívidas provenientes de instituições financeiras. Nós também temos que olhar a prorrogação do Funrigs.

JC - De que forma buscará esta prorrogação? Nos moldes que o fundo está hoje?

Zucco - Tu tens obras de proteção, como diques, que demoram de três a 10 anos - a Holanda demorou 10 anos para se reerguer depois das grandes enchentes. Então é necessário, sim, a prorrogação do Funrigs. É necessário um debate sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Para se ter uma ideia, temos um fundo constitucional do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte, e não temos até agora um fundo constitucional do Sul e Sudeste. E sou partícipe da comissão especial que trata disso, e tinha deputados do RS que não votaram. Uma das nossas metas prioritárias é a criação deste fundo constitucional. Isso aí gira em torno de R\$ 4 bilhões a mais.

JC - A malha ferroviária do Estado é federal e neste momento está sendo debatida nova concessão. Qual o papel do próximo governador nisso?

Zucco - Total. Aí é o que eu falo: tu não governas dentro do Piratini, não somos uma ilha. Tu tens que sentar como o Jorginho (Mello, governador de SC), com o próximo

“Essa intenção de trabalharmos como um bloco (de estados) nos diferencia muito da atual administração”

